

# Banco do Brasil na contramão do desenvolvimento nacional

08/05/2007

---

Rosane da Silva, da executiva nacional da CUT e Milton Rezende, vice-presidente da CONTRAF; ambos da direção da CSD, analisam o novo pacote divulgado pela direção do Banco do Brasil (BB).

Rosane da Silva e Milton Rezende

O novo pacote divulgado pela direção do Banco do Brasil (BB) é um choque frontal com as iniciativas deste segundo mandato do presidente Lula, que apontam no sentido do necessário crescimento econômico com desenvolvimento social. Trata-se de transformar o maior banco público do país em um banco de mercado. Um passo atrás em direção à recente história do neoliberalismo no Brasil – que, pensávamos, estava definhando.

O pacote do BB prevê aumento das terceirizações, a volta dos malditos planos de demissões voluntárias (PDV) e aposentadorias forçadas. É uma opção política que ameaça de morte o papel que defendemos para o BB, qual seja, contribuir para o desenvolvimento econômico nacional com distribuição de renda. Enquanto a CUT tem defendido o fim das terceirizações, inclusive nas empresas públicas para remontar o aparelho do Estado rumo ao desenvolvimento, o governo federal faz exatamente o contrário: amplia a política de terceirização.

A Contraf tomou uma posição extremamente acertada. A direção do BB convidou-a para apresentar essas propostas de mudança, dentre as quais, a terceirização das centrais de atendimento – já com proposta de contrato de uma empresa privada para eliminar o trabalho dos caixas executivos. A Contraf rejeitou o convite, por entender que “a CONTRAF não é homologadora de decisões patronais e não aceitamos a terceirização fraudulenta que a direção do BB quer implementar”.

A Comissão de Empresa dos funcionários do BB e a Contraf-CUT têm exigido a abertura de um processo de negociação que garanta um novo PCC/PCS, fim do processo de terceirização, jornada de trabalho de 6 horas, isonomia, fim das metas, dentre outras reivindicações.

O mais preocupante é que isto ocorre exatamente no momento em que o conjunto da classe trabalhadora brasileira tem combatido arduamente a famigerada Emenda 3. De iniciativa da direita brasileira (direita partidária, empresariado e TV Globo), essa emenda leva à extinção dos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, impedindo, inclusive a fiscalização sobre os abusos do empresariado sobre os trabalhadores. É uma ampliação da agenda da luta sindical que, como sabemos, somente será superada pela vitória nas ruas – com todo o incômodo que isto causa à imprensa burguesa.

As mobilizações dos bancários de todo o país já começam a ocorrer. Os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras que tiveram que escolher entre os dois projetos em disputa em 2006, optando pelo vitorioso projeto de desprivatizar o Estado brasileiro, não permitirão que se jogue a bacia de água suja com o BB dentro.

O Banco do Brasil é do Brasil e não do mercado. Isto reforça ainda mais a necessidade de ampliarmos ainda mais as paralisações nacionais contra a Emenda 3 e o PLP 01 (que engessa a possibilidade de remontar o Estado pelo menos nos próximos 10 anos). O dia 23 é a próxima data para as paralisações dos trabalhadores que almejam um outro modelo econômico, que gere crescimento, mas com distribuição de renda e valorização do trabalho.

*Rosane da Silva é secretária de política sindical da CUT Nacional e Milton Rezende é vice-presidente da Contraf-CUT.*

Compartilhe nas redes: